



Jornalismo e homofobia: aproximações¹

Bruno Souza Leal²

Phellipy Jácome³

Ana Dourado⁴

Michelle Torre⁵

Lucas Gomes⁶

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO

Ao longo de 2008, ao registrar a cobertura de alguns dos principais veículos jornalísticos brasileiros sobre homofobia e as identidades e realidades culturais GLBT, chama a atenção a desigualdade no tratamento dedicado ao tema. Se alguns jornais têm voltado sua atenção aos casos de homofobia, por diferentes vieses, em outros essas notícias são raras. Os artigos apresentados na mesa analisam duas situações específicas nesse contexto, buscando refletir sobre a noticiabilidade desses acontecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, homofobia, noticiabilidade.

PROPOSTA DA MESA

A mesa apresenta resultados parciais da pesquisa “Mídia e Homofobia”, feita em parceria com o Ministério da Saúde/Unodc, que tem como objetivo radiografar a cobertura mediática sobre homofobia, as identidades e realidades culturais GLBT, ao longo de 2008. Os dois artigos que compõem a mesa abordam dois casos específicos: a cobertura da *Folha de S. Paulo* à primeira condenação por homofobia em São Paulo e a pequena atenção dedicada pelo *Jornal Nacional* a esses temas

TEXTOS DOS PARTICIPANTES DA MESA

1) A Questão da Homofobia na Folha de S. Paulo⁷

O presente artigo resulta de um recorte no trabalho que vem sendo desenvolvido na pesquisa *Mídia e Homofobia* no Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT

¹ Mesa apresentada à Seção “Jornalismo e editoração” da Intercom Jr. – Jornada da Iniciação Científica em Comunicação, evento integrante do XXXI Congresso da Intercom

² Professor Doutor do curso de Comunicação Social da UFMG; e-mail: brunosleal@gmail.com

³ Estudante de graduação, 5º período, Curso de Comunicação da UFMG; e-mail: phellipy2002@hotmail.com

⁴ Estudante de graduação; 5º período, Curso de Comunicação UFMG; email: douradoana@hotmail.com

⁵ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Social da FAFICH-UFMG, email: michelletorre@yahoo.com.br

⁶ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Comunicação Social da FAFICH-UFMG, email: lucascreek2004@yahoo.com.br

⁷ Trabalho apresentado na Sessão Jornalismo e Editoração, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.



(NUH) da UFMG. O projeto é financiado com recursos do Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC). A metodologia de análise consiste na coleta de textos jornalísticos de quatro veículos impressos, assim como de dois telejornais. Participam do projeto quatro bolsistas de iniciação científica e dois professores-pesquisadores. A pesquisa vem sendo desenvolvida desde agosto de 2007, tendo a coleta de dados nos jornais iniciado em fevereiro de 2008.

O projeto *Mídia e Homofobia* vem trabalhando com a análise dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Tempo* e a revista semanal *Veja*, bem como os telejornais *Jornal Nacional* e *MGTV 2ª Ed.* Após três meses de coleta já foi possível traçar um perfil dos jornais e observar as relações de cada um com as identidades LGBT. Partindo dessas relações, serão abordadas neste artigo as maneiras como o jornal *Folha de S. Paulo* trata das questões LGBT. Nossa proposta é analisar os textos recolhidos da *Folha de S. Paulo* que possuem uma relação com o tema LGBT, confrontando-os com os pressupostos contidos no Manual da Redação do jornal e com o conceito de homofobia.

Tomamos como conceito de homofobia as proposições de Daniel Borillo, que a descreve como uma atitude hostil em relação a homossexuais sejam eles homens ou mulheres. A homofobia atualiza a função central de inferiorizar a homossexualidade e atribuir ao comportamento heterossexual as qualidades de natural e superior. A dicotomia heterossexual/homossexual – historicamente construída – desenha uma ordem sexual em que à heterossexualidade é reservado o caráter de modelo único a ser seguido. Desse modo, a homofobia serve como guardião das fronteiras sexuais e de gênero. O autor traça uma diferenciação entre homofobia geral e específica. A primeira está ligada aos valores sexistas presentes na sociedade. Há uma demanda em perenizar os papéis de masculino, feminino, heterossexual e homossexual a fim de manter a matriz heterocêntrica presente na sociedade. Nesse sentido, Borillo nos diz que todos aqueles que fogem às determinações prescritas como naturais para o seu gênero específico estão sujeitos a serem vítimas de reações homofóbicas, e não somente os homossexuais. Por outro lado, a homofobia específica diz de atitudes hostis voltadas contra os homossexuais. De acordo com Borillo, tal como ocorre em relação aos estrangeiros no que se refere à xenofobia, os homossexuais são acusados – por meio da atualização da hostilidade – de serem em risco a coesão moral, cultural e salutar da sociedade (BORILLO, 2001).



Para demonstrar a forma como se dá a relação da *Folha de S. Paulo* com as identidades LGBT e a homofobia, serão analisados cinco textos jornalísticos veiculados nesse jornal, sendo duas notícias, duas entrevistas e um artigo de opinião, publicados nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2008. Os textos fazem parte da cobertura realizada pelo jornal de um caso de violência movida por discriminação sexual ocorrido na cidade de Pontal, interior de São Paulo. A agressão acarretou no pagamento de multa por parte do agressor. Um fator que chamava a atenção para o caso reside no ineditismo da condenação. Tratava-se do primeiro caso de pena amparado na legislação contra homofobia no estado de São Paulo. A escolha dos textos, portanto, está ligada ao ineditismo do caso veiculado e ao tipo de esforço de cobertura realizado.

Segundo seu Manual da Redação, a *Folha de S. Paulo* é um veículo que tem por princípio editorial o jornalismo moderno, que preza pela introdução no debate público de temas que ainda não haviam sido nele inseridos, assim como abordagens com novos enfoques, novas preocupações e novas tendências (LEITE, 2006, p. 44). A *Folha de S. Paulo*, de acordo com seu manual, “cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apertado” (LEITE, 2006, p. 17). Esses valores teriam se tornado uma espécie de doutrina para o jornal e se impregnado em sua personalidade. A partir desse pressuposto, percebe-se na *Folha* a necessidade de trazer para a discussão na esfera pública a questão da pluralidade. Podem-se incluir aí as diversidades étnica, religiosa, ideológica, cultural e também a sexual. Deste modo, a *Folha*, ao que parece, estaria disposta a trazer para o debate público também a questão da diversidade sexual, compreendendo aí as identidades LGBT. De fato, a análise do material recolhido confirmaria, a priori, que a *Folha de S. Paulo* preza pela inserção desses sujeitos na esfera de debate público. Os sujeitos de identidades LGBT aparecem tanto em textos de caráter informativo, entrevistas, notícias, e reportagens; como também naqueles de ordem opinativa, notadamente por meio dos articulistas do jornal. Essa inserção merece uma problematização, sobretudo no que toca aos aspectos sob os quais as identidades homoeróticas são abordadas e as circunstâncias às quais elas estão relacionadas.

“Um jornal a serviço do Brasil”

O jornal *Folha de S. Paulo* foi fundado em 1921 com o nome *Folha da Noite*, pertencendo a grupos diferentes de empresários ao longo de sua história. O objetivo de seus fundadores era atrair leitores das classes médias urbanas e da classe operária.



Atualmente é um veículo de grande tiragem e amplitude nacional, resultado da fusão, ocorrida em 1960, das três *Folhas: da Manhã, da Tarde e da Noite*. Após essa união, o jornal adotou a linha editorial identificada com os interesses das classes médias urbanas do estado de São Paulo. No ano de 1984, a *Folha de S. Paulo* assumiu a liderança entre os jornais brasileiros com a cobertura da Campanha das “Diretas Já” e dois anos depois passou a ser o jornal diário de maior circulação no país, tendo como proprietária a família Frias (LEITE, 2006, p. 106). Segundo o seu Manual, trata-se de “um jornal a serviço do Brasil” – slogan que, aliás, estampa diariamente suas capas – o que caracteriza o modo como o jornal se apresenta para a sociedade, ou seja, como um veículo de amplitude nacional que se projeta como um jornal a serviço do cidadão brasileiro.

Para obter o perfil de seu público leitor a *Folha de S. Paulo* informa que investe em ampla pesquisa realizada, a cada dois anos, pelo Datafolha – instituto de pesquisas que também faz parte do Grupo Folha. De acordo com o jornal, as pesquisas caracterizam detalhadamente seus vários tipos de leitor, apresentando as características desse público sobre a *Folha*, como posição social, renda familiar, preferências políticas e culturais, dentre outras (LEITE, 2006, p. 114).

Os critérios de noticiabilidade da *Folha de S. Paulo* também são expressos em seu Manual. É considerado notícia aquilo que é inédito, improvável, interessante – para o maior número de pessoas –, o que possui apelo – despertando a curiosidade do leitor–, o que tem empatia – fazendo com que o maior número de pessoas se identifique com os personagens em foco – e a proximidade geográfica entre o fato que gerou a notícia e o leitor (LEITE, 2006, p. 43). O Manual da *Folha* ressalta que tais critérios de noticiabilidade, no momento da construção de uma reportagem, devem atender “às necessidades de informação de seus leitores, que formam *um grupo particular* dentro da sociedade” (LEITE, 2006, p. 43, grifos nossos), sendo que tais interesses podem mudar e o jornal estará sempre participando de tal processo.

Homofobia como pauta

Todos os textos escolhidos para esta análise tratam, de alguma maneira, de temas ligados às identidades LGBT. Em uma primeira leitura, pode-se entender que eles atendem aos critérios jornalísticos apontados pelo Manual da *Folha*, assim como os seus critérios de noticiabilidade, mas neste ponto reside uma questão que merece maior



problematização: como a homofobia é tratada por este jornal. Segundo o Manual da Redação, embora a objetividade não exista, o jornalista não está eximido da obrigação de ser o mais objetivo possível, encarando os fatos com distanciamento e pesquisando outros episódios análogos já ocorridos. O jornalista também deve sempre ouvir o outro lado quando uma informação é ofensiva ou contém acusações a alguém. Observa-se que tais critérios foram atendidos nos textos da *Folha*. Quanto aos textos de opinião, o Manual indica que eles devem “se refletir em reportagens e entrevistas” (LEITE, 2006, p. 47). Além disso, de acordo com o Manual, os artigos e outros textos opinativos devem estimular polêmicas.

O primeiro texto a ser analisado será a reportagem publicada na edição do dia 21 de fevereiro de 2008, no caderno *Cotidiano*, intitulada *Jovem é multado por ofender gay e chamá-lo de ‘veado’*. A reportagem se refere a uma multa que deveria ser paga por Juliano da Silva por ordem da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo por ter ofendido um “homem de 48 anos, homossexual declarado”, chamando-o de “veado”, em novembro de 2006, na cidade de Pontal, no interior do estado. O subtítulo da reportagem ressalta: “É a primeira vez que multa é aplicada desde a aprovação de lei contra a homofobia em SP”. A reportagem traz a fotografia de Justo Favaretto Neto disposta ao lado direito da página. Favaretto Neto foi a vítima da agressão e autor da ação judicial contra Juliano da Silva. O texto recupera outros elementos relacionados ao caso, como por exemplo, denúncias de discriminação por conta de orientação sexual já ocorridas no estado de São Paulo, mas que não acarretaram em multa para os agressores. Há ainda uma declaração do vice-presidente da comissão encarregada de julgar os casos de homofobia no estado, Ricardo Yamasaki, dizendo que a maioria das denúncias foram julgadas improcedentes, além de outras que foram arquivadas. O texto permite perceber a presença de alguns dos critérios apontados pelo Manual da *Folha*, como a recorrência às fontes e à pesquisa de fatos análogos já ocorridos, como estratégia utilizada ao final do texto.

A partir desta reportagem, é possível identificar o público leitor que a própria *Folha de S. Paulo* apresenta, lembrando o exposto acima quanto ao jornal. Este público pode ser caracterizado tanto pela linha editorial – que se volta para os interesses das camadas médias urbanas – como pelos critérios de noticiabilidade: a questão da empatia, que faz com que o maior número de pessoas se identifique com o personagem e a situação da notícia, assim como a questão da proximidade geográfica entre o leitor e o fato que gerou a notícia.

Na mesma edição, o jornal publicou, também no caderno *Cotidiano*, duas entrevistas relacionadas ao episódio, confrontando as versões do agressor e da vítima envolvidos no fato. A entrevista intitulada “*Pitboy queria me humilhar e intimidar, diz homossexual*” traz a versão de Justo Favaretto Neto. Na entrevista – publicada com 72 linhas e oito perguntas –, as questões propostas ao entrevistado estimulam uma narrativa do episódio da agressão, solicitam que Favaretto Neto exponha sua avaliação da decisão da Justiça e ainda questionam se ele já havia sido vítima de outras agressões do tipo. Ligada à entrevista de Favaretto Neto o jornal publicou uma tabela que expunha pontos julgados importantes no que se refere à legislação do estado de São Paulo contra crimes de homofobia.

É interessante observar que o subtítulo da entrevista de Favaretto Neto não se refere a ele pelo seu nome, tampouco como vítima dos ataques, mas sim como “industrial”. A escolha de tal termo aponta para certa ambigüidade no tratamento da *Folha* para com o personagem da matéria. Palavras como “industrial” ou “empresário” são termos aos quais se conferem prestígio na sociedade brasileira. Tais designações dizem das inserções e lugares sociais dos sujeitos. A utilização desses termos pelo jornal, portanto, pode estar relacionada a um gesto de “limpar” a identidade homossexual do personagem, atribuindo-lhe outra referência identitária mais palatável aos seus leitores. Assim, o uso do termo “industrial” sugeriria certo teor homofóbico por parte do jornal.

Na mesma página em que havia a entrevista com Justo Favaretto Neto a *Folha* publicou uma entrevista com Juliano Araújo da Silva, multado pelo crime de discriminação sexual. Mais uma vez, Favaretto Neto é referido como “industrial”. Com uma pequena faixa superior onde se lê “Outro Lado” e com o título que dizia ‘*Veado é animal, que eu saiba, diz jovem multado*’ a entrevista não possuía subtítulo e foi publicada em 42 linhas e seis perguntas. É possível entender que as questões feitas a Juliano da Silva – mais curtas e diretas – solicitavam, de certo modo, contraposições em relação às respostas dadas por Favaretto Neto em sua entrevista. Nenhuma espécie de avaliação sobre a decisão da Justiça foi solicitada a Juliano da Silva.

Na edição do dia seguinte a *Folha* publicou um artigo assinado por Bárbara Gancia em que ela discutia, dentre outros assuntos correntes, a multa aplicada no caso de Pontal. Publicado no caderno *Cotidiano*, o texto intitulado *Única solução é o confronto direto* procurava problematizar o episódio da agressão sofrida por Justo Favaretto Neto: “No caso do Senhor ofendido em Pontal, a cidade tem um histórico de



intolerância contra gays e a vítima só venceu a causa por contar com o testemunho dos policiais que o atenderam”. O artigo atenta para o fato – declarado na edição anterior pelo próprio personagem-vítima – de que a cidade de Pontal é conhecida por ser homofóbica, e conclui de acordo com a proposição já feita no título: “(...) a intolerância deve ser encarada na base do confronto direto e combatida com os rigores da lei”.

No mesmo caderno da mesma edição a *Folha* publicou uma pequena notícia – sob uma vinheta gráfica onde se lia [!] *foco* – com o título: *Deputado propõe que lei estadual contra homofobia seja revogada*. A matéria trata de um projeto de lei apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo pedindo a revogação da lei estadual contra homofobia. O texto recupera o caso de agressão noticiado na edição anterior em que – vale lembrar – foi aplicada a primeira multa amparada na referida lei, agora contestada pelo deputado.

“Um grupo particular”

A cobertura realizada pela *Folha de S. Paulo* do episódio de Pontal permite perceber que, pelo menos a priori, o jornal segue aquilo a que se propõe em seu Manual da Redação. Os critérios de noticiabilidade procuram ser seguidos tanto no que toca àqueles mais básicos como ineditismo, e apelo à curiosidade gerados pelo fato, quanto da empatia e proximidade geográfica em relação ao público leitor. Além disso, o desdobramento da notícia de diferentes maneiras nos leva a perceber certa organicidade na cobertura. A *Folha* quase transforma o fato num acontecimento, entendido aqui, como aquilo que não está acabado. Ela publica entrevistas com os principais envolvidos no caso – a vítima e o agressor –, um artigo e uma pequena notícia relacionada com o episódio da agressão. No que se refere à publicação do texto da articulista Bárbara Gancia, é importante destacar que serve à proposta constante do Manual da Redação de se estimular polêmicas em suas páginas (LEITE, 2006, p.47). Contudo, uma maior problematização da questão se faz necessária, sobretudo no que diz respeito às relações do jornal com as temáticas que envolvem os assuntos ligados a sujeitos de identidade LGBT.

A reportagem *Jovem é multado por ofender gay e chamá-lo de ‘veado’* e seus desdobramentos permite perceber que a *Folha*, ainda que com algumas contradições, traz a questão da homofobia para a esfera pública. Ao fazer isso, ela também confere visibilidade para o debate do preconceito na sociedade brasileira. Essa visibilidade, no entanto, pode ser apenas uma insinuação. Tal verificação permite pensar o que de fato a *Folha de S. Paulo* procura problematizar com a cobertura do caso e seus



desdobramentos. A questão que nos parece central, nesse sentido, é que o jornal, ao abordar a homofobia, não a coloca em todos os seus aspectos. Percebe-se um jogo no qual a questão da homofobia está presente e ausente. Ao que parece, ela é trazida à tona quando o público da *Folha* é atingido, e o debate se ausenta quando a homofobia atinge a outros grupos que não são o público alvo deste jornal⁸. Outro ponto relevante é o modo como Favaretto Neto é referido pelo veículo. Distinguido como “industrial” o personagem se torna mais tolerável ao público que a *Folha* toma como seu. Ao referir-se, reiteradamente, à vítima/personagem da agressão noticiada como “industrial” o jornal deixa claro que ela “habita” o mesmo mundo que seus leitores, ou seja, os grupos das camadas médias urbanas brasileiras. A *Folha*, assim, se pauta prioritariamente pelos interesses desses grupos, em detrimento de outros que não se encaixam no “grupo particular” dentro da sociedade como atenta seu Manual da Redação. Tal postura coloca o jornal em choque com o seu propósito de ser “um jornal a serviço do Brasil”, já que a busca da pluralidade – apontada em seu Manual – não está representada em toda “diversidade” em suas páginas. Há maior possibilidade de se tornar pauta e ganhar visibilidade apenas aquela “diversidade” que possui pontos de contato com o seu público leitor, e a partir do qual o jornal estabelece os seus critérios do que será noticiado.

2) *Jornal Nacional* e os 12 segundos de escuridão

Un faro quieto nada sería.
Guía mientras no deje de girar.
No es la luz. Lo que importa en verdad
son los 12 segundos de oscuridad.
(Jorge Drexler)

Luz. Eis a única coisa que imaginamos quando nos vem à cabeça a imagem de um farol, cuja função é identificar aos navegantes a proximidade de algum porto ou de algum obstáculo. No entanto, como bem propôs o compositor uruguaio Jorge Drexler ao observar o farol do cabo Polônio, a luz é apenas um dos seus elementos. Elemento esse que só faz sentido graças aos doze segundos que o registro luminoso demora para dar uma volta completa em torno de si mesmo. Durante esses dozes segundos é a escuridão quem impera. Essa escuridão é fundamental para que o farol cumpra seu propósito. A

⁸ Ressaltamos que a conjectura que se faz aqui diz respeito a um período de coleta dos jornais e da observação que fizemos nesse mesmo período.



comunicação só se faz possível através da não-comunicação. Essa metáfora do farol é reveladora, pois demonstra a impossibilidade de a informação existir sem que haja o que, a princípio, chamaremos de não-informação.

O conceito de informação que atravessará esse artigo é emprestado de Maurice Mouillaud (2002), segundo o qual ela seria uma figura de visibilidade, já que é através dela que um fato é promovido e destacado do real. A visibilidade de um fato, para esse autor, é permeada por modalidades de poder e de dever. Assim, existem alguns fatos que devem e que podem ser mostrados em detrimento a outros, que são renegados à sombra. Esse conceito de Mouillaud nos permite avançar em algumas questões: A primeira é de que impossível transformar em informação todos os acontecimentos do mundo. Pela própria característica do formato dos dispositivos jornalísticos e a relação que estabelecem com o fator tempo, é necessário que se faça algumas escolhas daquilo que deve ser noticiado diante da impossibilidade de haver um “todo-informativo”. Dito isso, surge uma segunda proposição que é a de que essa seleção do fato a ser noticiado é, como veremos mais tarde, fruto de um quadro de referência muito mais amplo do que as tradicionais categorias de critérios de noticiabilidade que permeiam as Teorias do Jornalismo. Esses critérios nos parecem insuficientes para explicar aquilo que, para o enquadramento cinematográfico de Mouillaud configurava a parte sombra e que, para nós, compõe os doze segundos de escuridão. Essa distinção de metáforas é necessária porque o conceito de Mouillaud está muito ligado à idéia de que para escrever uma (única) notícia é necessária a exclusão de alguns aspectos para dar visibilidade a outros. O nosso conceito de escuridão diz respeito não à notícia de forma específica, mas ao produto jornalístico como um todo. Desse modo, o *Jornal Nacional* é um farol, que emite uma luz que só faz sentido e só é possível graças aos seus doze segundos de escuridão, fundamentais para a conformação de sua identidade. A notícia é só a luz de um veículo jornalístico, é só a parte visível. Mas, o que os meios de comunicação não consideram notícia, a “não notícia”, também delimita e conforma as características de sua identidade.

Durante os três primeiros meses da coleta de dados do projeto *Mídia e Homofobia*, financiado pelo Ministério da Saúde junto ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT (NUH) da UMFG, foram recolhidos textos de quatro veículos impressos e de dois telejornais. Foram eles: *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Tempo*, *Jornal Nacional* e *MGTV 2ª edição*. A metodologia de trabalho foi a coleta de todo material que tivesse alguma relação com identidades sexuais, homofobia, Aids/HIV ou outras DST's. No



caso das identidades sexuais, foram recolhidas todas as matérias que tratavam de forma explícita ou não de gays, lésbicas, bissexuais, transformistas, travestis, transexuais, homens que fazem sexo com outros homens, mas que não se consideram como gays (HSH), e mulheres que fazem sexo com outras mulheres, mas não se consideram lésbicas (MSM). Ainda contemplamos dentro das identidades sexuais as siglas GLS, GLBT ou variações destas. Optamos também por contabilizar as matérias que abordavam a pedofilia. Apesar de não compor o universo das identidades GLBT, consideramos importante, naquele momento, a colocação dessa última “identidade sexual” para que não corrêssemos o risco de perder nenhuma matéria. Esse risco se deve ao fato de serem possíveis problematizações do tipo: a relação entre um adulto e uma criança de mesmo sexo pode ser considerada homossexual?

A coleta de que trata esse artigo se deu entre dezessete de fevereiro a vinte e cinco de maio deste ano. Após esse período, já é possível traçar um perfil para esses jornais, bem como analisar as relações entre os veículos e as identidades sexuais. E o que mais nos chamou a atenção foi que, no caso do *Jornal Nacional*, a sua principal característica foi a de não manter praticamente nenhuma relação com as identidades GLBT. Notícias referentes a gays, lésbicas, bissexuais e identidades *trans* foram silenciadas em 81 das 83 edições analisadas do jornal televisivo mais visto do país. Essa opção do *Jornal Nacional* em não tratar de identidades sexuais corresponde aos seus 12 segundos de escuridão e também conforma sua identidade. Cabe a este artigo entendê-los e analisá-los.

Segundo o livro *Jornal Nacional: A notícia faz história* da Memória Globo, o JN surgiu em 1969 com o objetivo de competir com o Repórter Esso, da TV Tupi. Não foi o primeiro produto jornalístico da Rede Globo, mas em menos de um ano firmou-se como o principal e de maior ibope, correspondendo plenamente aos interesses comerciais da emissora, já que com o custo único de produção, era veiculado em rede para todo o Brasil. Seu primeiro slogan “A notícia unindo seis milhões de brasileiros” sugere que a unidade e a coesão social do país são promovidas e valorizadas, e o conceito de “noticiário nacional” também vem reforçar a idéia de que o jornal não seria regional nem particularista, mas produz notícias genéricas e de interesse de todo o país. Mais tarde, ainda segundo a publicação, com a expansão da cobertura local em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília, toda a ênfase do jornalismo comunitário é direcionada para as emissões regionais (SPTV, MGTV e outros), que têm como destaques a cidadania, a prestação de serviços à comunidade e questões de utilidade



pública. Como já havia uma base de jornalismo nacional sólido, a rede globo decidiu investir coberturas locais mais próximas dos indivíduos, que abordavam questões do cotidiano, de bairros, associações e discutiam casos como, por exemplo, do direito do consumidor. Com essa delimitação clara, cabia ao *Jornal Nacional* exercer o papel do noticiário unânime e geral.

A idéia de uniformidade perpassa o livro *Jornal Nacional: A notícia faz história*. Há alusões aos termos “uniforme” e “padrão” em diferentes contextos, sempre fazendo referência ao seu conteúdo e também ao modo de produção. Um caso específico, mas que pode ser ilustrativo, é a padronização da fala dos locutores e a amenização dos sotaques, citado pelo Memória Globo. A suavização das pronúncias regionais indica que não há espaço para diferenças que possam causar a quebra da unidade nacional. Qualquer não identificação ou estranhamento do público é uma ameaça ao principal trunfo do jornal. Se aplicarmos essa conjectura ao seu conteúdo, percebemos que o jornal só trata de assuntos que tenham uma identificação com todo Brasil. Em *Jornal Nacional: A notícia faz história*, Evandro Carlos de Andrade, antigo editor geral, diz sobre o JN: “um jornalismo isento, imparcial, sem amigos, sem inimigos, se assuntos vetados, sem recomendações, sem preconceitos de qualquer natureza, obediente à lei e respeitoso dos direitos das pessoas.” Ao contrário do anunciado, qualquer assunto discordante é ignorado. Na verdade, o jornal promove a unidade pelo silenciamento de certos temas que ameaçariam tal coesão.

Ainda segundo a Memória Globo, a história do jornal é marcada por “tentar fazer, diariamente, um jornalismo de qualidade: correto, ágil e isento”. Não há maiores explicações sobre o que seria um jornalismo correto, mas esse termo está frequentemente associado à moral e à integridade. Quais seriam então os critérios de moralidade e integridade do jornal? Como ser “correto” sem ser moralista ou preconceituoso?

Em 1990 o jornalismo da rede Globo passou por uma reestruturação e o *Jornal Nacional*, que antes tinha um formato mais noticioso e superficial, passa a investir em reportagens e acontecimentos midiáticos. Isso poderia indicar uma mudança nos critérios de noticiabilidade do jornal, uma oportunidade para aprofundar em assuntos ligados a direitos humanos, que de fato, são valorizados. No entanto, segundo os exemplos da Memória Globo, ele limita-se a tratar de questões de trabalho, direito infantil e violência urbana.



Durante a coleta de dados da pesquisa *Mídia e Homofobia*, apenas sete matérias compuseram a amostra do *Jornal Nacional*. Dessas, quatro se referem à visita do papa aos Estados Unidos, cujo tema central é o abuso sexual de crianças por padres da igreja católica. Entre elas, duas também fazem alusão à união civil homossexual, com uma abordagem institucional, reafirmando o posicionamento contrário da igreja e do presidente Bush à união. Outras duas matérias dizem respeito a casos de pedofilia, e uma única a DST's. Dito isso, percebe-se uma naturalidade do jornal em tratar recorrentemente de casos de pedofilia. Essa naturalidade também foi encontrada nos demais veículos impressos. Uma justificativa plausível para esse fato é que a pedofilia é unanimemente condenada e considerada, pela Lei 8.072/90, um crime hediondo, que merece ser punido com todo o rigor. A pedofilia, desse modo, está dentro da uniformidade proposta pelo jornal, e assim ele encontra terreno seguro para tratar do tema sem confrontar os valores da sociedade. É irônico pensar que a única identidade sexual não GLBT foi a mais presente nas poucas matérias encontradas no *Jornal Nacional*. Elas estão na luz. Mas como todo bom farol, tal luz só faz sentido se seguida pela escuridão.

Nos demais veículos, podemos verificar, além dos casos tratados pelo JN, outros tantos. O Globo, por exemplo, apresentou três reportagens especiais sobre identidades sexuais, homofobia e sociabilidade. Essas reportagens incluíam desde o comportamento sexual homoerótico, a homofobia nos *campi* das universidades, e a conquista de direitos. Na Folha, os casos mais recorrentes estavam ligados aos produtos culturais GLBT. O Tempo teve uma cobertura significativa sobre AIDS, além de o jornal possuir um caderno especial sobre temas GLS. A Veja também se propõe a falar, ainda que de maneira comedida e superficial, de produtos culturais e de personalidades. Não queremos aqui fazer uma comparação entre esses veículos com *Jornal Nacional*, isso seria imprudente por se tratarem de organismos muito distintos. No entanto, é necessário pensar que os temas GLBT possuem um certo agendamento nesses veículos de comunicação, o que não acontece no *Jornal Nacional*.

Mas o caso que mais nos chamou a atenção, que marca nitidamente a opção do silenciamento pelo JN em retratar identidades sexuais e que demonstra que a de noticiabilidade está muito mais ligada a uma opção do jornal do que a um dado intrínseco à notícia foi: A campanha de combate a Aids.

Lançada pelo ministério da saúde no dia 25 de março, a campanha faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre gays, travestis e



homens que praticam sexo com outros homens (HSH). O plano, que prevê ações até o ano de 2011, foi desenvolvido com base em dados que indicam o crescimento dos casos de AIDS entre jovens gays e HSH e no aumento da taxa geral de infectados HSH em comparação com heterossexuais. Segundo o ministério, a campanha tem como objetivo “estimular o uso freqüente da camisinha nas relações sexuais entre homens e reduzir o preconceito da sociedade”. Para isso, ela está dividida em três linhas estratégicas: campanha em massa, composta por anúncio em revista, em TV e em cinema; intervenção direta e específica em ambientes de sociabilidade GLBT por meio de cartazes, chaveiros, filme e anúncio em revistas *especializadas*; e reeducação de professores e profissionais da área da saúde para combater a homofobia e estimular a prevenção da AIDS através de cartazes e *folders*. Segundo dados da UFMG publicados na edição do dia trinta de março do jornal O Globo, o risco de contaminação pelo HIV entre homossexuais é onze vezes maior do que entre heterossexuais e o risco de desenvolvimento da Aids no primeiro grupo é dezoito vezes maior que no segundo.

Visto isso, é razoável pensar na importância da discussão desse tema nos mais diversos seguimentos da sociedade e que, por se tratar de um assunto de saúde pública, deveria ter ampla divulgação nos meios de comunicação. Os três jornais impressos analisados pela pesquisa colocaram a campanha em sua luz, mas o *Jornal Nacional* preferiu colocar na escuridão um assunto que envolve identidades sexuais que têm sido tratadas pela matriz heterocêntrica como “aberrantes”.

O que esperar dos veículos de comunicação diante de uma notícia de grande relevância para a sociedade, com uma fonte oficial e plenamente acessível e que trata de saúde pública que não publicá-la? Mesmo diante de tantos fatores que justificariam a pauta dessa notícia e nenhum impedimento aparente, o *Jornal Nacional* prefere condená-las aos 12 segundos de escuridão. Esse fato demonstra que os critérios de noticiabilidade do tipo “impacto sobre o interesse nacional”, “quantidade de pessoas que o acontecimento envolve”, “relevância do acontecimento”, entre outros tão comuns e enumerados por tantos teóricos não são suficientes para que um fato se torne notícia e esteja na luz. O que define a publicação ou não de uma notícia é muito mais uma relação de interesses de jornalistas e do órgão informativo do que características inerentes ao fato. O Jornal, por exemplo, mostra-se suficientemente aberto a pautas sobre pedofilia, AIDS e DST’s. Mas não há uma agenda para questões de gênero, para a discussão da homofobia ou, quando há identidades sexuais, é feita uma abordagem institucional.



A homofobia é considerada nesse artigo como a repulsa ou a condenação da homossexualidade, definida por Daniel Borrilo (2001) como “a atitude hostil a respeito de homossexuais, homens ou mulheres”. Atitudes homoeróticas e seus agentes são alvos de violência e rechaços. O homossexual é colocado como anormal, doente e depravado, ocupa uma posição social inferior ao heterossexual que, num extremo oposto, é posto como o modelo natural a ser seguido. Existe uma necessidade clara de se problematizar a homofobia e todas as suas formas de violência para entender o porquê de a homossexualidade não ser tratada como uma manifestação natural da pluralidade sexual.

A homofobia apóia-se na fixação da norma heterossexista, reafirmada pela sociedade como a dicotomia entre gêneros (homem e mulher) e sexualidades (hetero e homossexual) e reproduzidas nos meios de comunicação. O *Jornal Nacional* por sua vez, serve como um instrumento de reafirmação da norma e contribui para a invisibilidade homossexual. Configurados dentro dos 12 segundos de escuridão, esses sujeitos são ignorados e não tem voz para reivindicações.

Retomando a idéia de que o jornal evita temas que ameaçam a coesão nacional, percebemos que talvez por isso, o jornal trate e condene a pedofilia, que é criminalizada, mas não aborde assuntos discordantes como a homofobia. Não há espaço para dissidências, e o padrão de conteúdo criado não permite pautas que fujam da regra. Poderíamos associar também esse padrão estabelecido no jornalismo com a norma heterossexista. Sob uma análise superficial, diríamos que o jornal se abstém e opta por não se posicionar nem a favor nem contra a homofobia. Porém, ao analisar as emissões, percebemos que ele reitera a norma de gênero justamente por ignorar o assunto. Em uma matéria sobre casamentos, por exemplo, não há espaço para a união civil homossexual.

O *Jornal Nacional* configura-se como o principal jornal televisivo do país porque, entre outros motivos, promove a unidade nacional. O jornal opta por não noticiar temas discordantes que poderiam afetar não só a coesão do seu público, mas trariam conseqüências para o próprio *status* do jornal. O JN é o jornal mais assistido do país, e se pensarmos na audiência, não é interessante para sua editoria pautas que possam desagradar à parte do público. Arriscaríamos dizer que mudar os critérios de noticiabilidade é uma séria ameaça ao posicionamento do jornal. Ao mesmo tempo, como líder de audiência e formador de opinião, a responsabilidade do jornal é ainda maior. É essencial trazer para a esfera midiática e incentivar a discussão sobre a



cidadania GLBT e a homofobia. Como principal noticiário de um país em que o acesso à informação é limitado, a opção do *Jornal Nacional* em colocar assuntos como homofobia e questões de gênero e sexualidade em seus 12 segundos de escuridão torna-se ainda mais grave.

REFERÊNCIAS

- ACAYABA, Cíntia. Jovem é multado por ofender gay e chamá-lo de “veado”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2008. Cotidiano, p. C1.
- ACAYABA, Cíntia. COISSI, Juliana. Deputado propõe que lei estadual paulista contra homofobia seja revogada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 fev. 2008. Cotidiano, p. C4
- AGÊNCIA FOLHA. Pitboy queria me humilhar e intimidar, diz homossexual. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2008. Cotidiano, p. C3.
- AGÊNCIA FOLHA. ‘Veado é animal, que eu saiba’, diz jovem multado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2008. Cotidiano, p. C3.
- BORILLO, D. **Homofobia**. Barcelona: Belaterra, 2001.
- GANCIA, Bárbara. Única solução é o confronto direto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 fev. 2008. Cotidiano, p. C2.
- MANUAL DE REDAÇÃO: Folha de S. Paulo, São Paulo, 2006.
- MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional*: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Globo, 2004
- MOUILLAUD, M; PORTO,S (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ªed. Brasília: Ed. UnB, 2002